



PREVIP

SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Relatório Anual 2014

Índice

03 | *Mensagem da Diretoria*

04 | *Investimentos*

08 | *Política de Investimentos 2015*

10 | *Demonstrações Contábeis*

14 | *Notas Explicativas*

24 | *Pareceres*

Expediente Relatório Anual 2014

Publicação Anual da Previp -
Sociedade de Previdência
Complementar, destinada a todos
os participantes do Plano Previp.

Rod. SP 340 Km 171
Caixa Postal 10
CEP: 13.840-970
Mogi Guaçu - SP / Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação:
Nezz Design & Publicidade

Coordenação:
Silvana Brunheroto
Claudinei Oliveira
Rita Lucas

Fotos:
Thinkstockphotos

Mensagem da Diretoria

É com muito prazer que apresentamos aos participantes do Plano PrevIP o Relatório Anual 2014.

Esse material foi elaborado com objetivo de apresentar detalhes dos resultados dos investimentos da Entidade, além de proporcionar ao participante uma visão ampla sobre o patrimônio, investimentos, avaliação atuarial e demais itens relacionados ao Plano.

O ano de 2014 foi desafiador para todas as entidades de previdência complementar, exigindo muitos esforços para assegurar os melhores resultados. Com a PrevIP o cenário não foi diferente, a Diretoria teve uma atuação muito próxima dos gestores, em busca de uma gestão mais ativa e focada em resultados.

Ressaltamos também a proximidade com o participante através do ciclo de palestras da BM&F Bovespa sobre Gestão de Investimentos, realizadas em todas as unidades da International Paper, proporcionando conhecimento e conscientização sobre a importância do investimento no longo prazo.

Estamos investindo em um alicerce de bases sólidas, aproveitando as oportunidades e nos preparando para os cenários desafiadores que se desenham. A experiência dos últimos resultados assegura a robustez da Entidade, com foco em resultados e engajamento com os participantes.

Continuaremos em busca dos melhores resultados, pois a missão dos dirigentes da Entidade é proteger e valorizar os recursos com transparência e integridade, seguindo as melhores práticas do mercado de previdência complementar e observância à legislação.

Acompanhe os resultados e planeje o seu futuro. Boa leitura!

Um abraço,

Diretoria Executiva



Cenário Econômico

Em 2014 verificou-se uma elevada volatilidade no mercado financeiro, principalmente no Brasil, em decorrência do aumento da taxa de juros e inflação, o fraco desempenho do PIB, o período eleitoral, corrupção na Petrobras e desequilíbrio das contas públicas.

A economia americana deu sinais claros de retomada refletidos no crescimento da economia e na redução do nível de desemprego. Com isso o Banco Central Americano (FED) começou a sinalizar o fim dos incentivos monetários e um possível aumento na taxa de juros, repercutindo de forma global nos mercados financeiros. No entanto a taxa de juros foi mantida, numa demonstração de que as autoridades americanas ainda avaliam o fôlego da retomada do crescimento naquele país. As perspectivas de um ajuste na política monetária com o início da elevação gradual deve se materializar apenas no segundo semestre de 2015.

A Zona do Euro permaneceu próxima da estagnação, com fraca expansão, baixo nível de inflação e desemprego elevado. Para enfrentar esta situação o BCE (Banco Central Europeu) anunciou uma injeção de recursos na economia visando proporcionar através do aumento da liquidez, uma elevação na concessão de créditos, dos investimentos e aceleração no consumo e no crescimento.

Na China, a mudança do modelo de crescimento que alterou o foco para serviços, antes centrado em investimentos continua a expectativa de redução suave das taxas de crescimento mas ainda com expectativas em torno de 7% a.a., colaborando positivamente com o crescimento global.

No Brasil, mesmo diante do baixo crescimento o Banco Central não teve alternativa à continuação da elevação da taxa de juros de 10% em dezembro de 2013 para 11,75% no final de 2014. O Governo, por sua vez, manteve a política de desoneração de setores selecionados da economia para tentar alavancar o crescimento, medidas que não surtiram o efeito desejado. Nem mesmo o PIB fraco, a baixa demanda da economia, o aumento da taxa de inflação, a crise hídrica (água e eletricidade) e o início do escândalo envolvendo a Petrobrás foram suficientes para alterar a convicção do Governo sobre a necessidade de medidas que apontassem no sentido de ajustes e dessem ao mercado sinalização de mudanças na política macroeconômica.

Para 2015 o cenário econômico mundial continua incerto, em relação ao crescimento da China e Zona do Euro e também dos Estados Unidos quanto a sua política monetária, cujas mudanças podem gerar reflexos nas economias emergentes.

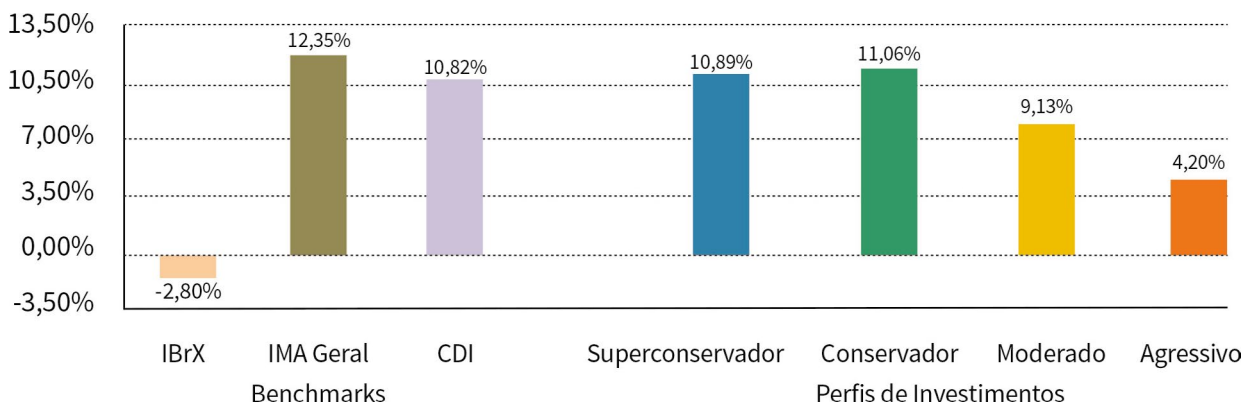
O desafio para o Brasil é retomar a credibilidade dos seus fundamentos econômicos, um ano de ajustes com pouca possibilidade de crescimento.

A Previp estará sempre atenta aos movimentos da economia e disposta a buscar a melhor alternativa para seus investimentos em busca da melhor relação risco-retorno visando atingir seus objetivos de longo prazo.

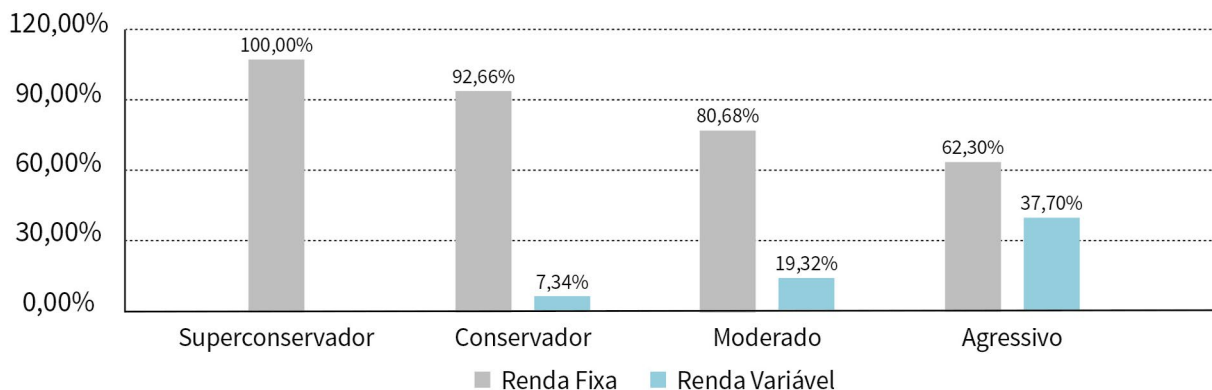
Rentabilidades

A elevação da taxa de juros (SELIC) impactou positivamente os investimentos em renda fixa em 2014. Os principais índices de referência da renda fixa superaram o CDI, o que contribuiu para uma rentabilidade positiva neste segmento. O segmento de renda variável repercutiu diversos temas desfavoráveis, desde o recuo do preço das commodities, corrupção na Petrobras até o baixo crescimento doméstico o que levou o segmento a uma performance negativa, diminuída em função da pequena parcela de investimentos no exterior, beneficiada principalmente pela variação cambial.

Abaixo você pode comprovar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimento da Previp no ano de 2014, comparado a alguns índices de mercado:



Alocação por Segmento de Aplicação



Vale a pena lembrar como são compostos os perfis de investimentos da Previp:

Perfil Superconservador



100% Renda Fixa

Neste perfil, todas as aplicações são realizadas em títulos de renda fixa, oferecendo uma rentabilidade mais estável e, conseqüentemente, níveis mais baixos de risco.

Este perfil é indicado para quem prefere estabilidade ao invés de correr os riscos do mercado financeiro em busca de maiores retornos.

Perfil Conservador



de 6 a 10% Renda Variável

de 90 a 94% Renda Fixa

Neste perfil, existe um pequeno percentual dos investimentos aplicados em renda variável (ações) e a maioria das aplicações permanece em títulos de renda fixa.

Este perfil é indicado para quem prefere uma certa estabilidade, mas consegue lidar com uma pequena parcela de risco em busca de um pouco mais de retorno.

Perfil Moderado



de 15 a 25% Renda Variável

de 75 a 85% Renda Fixa

O perfil moderado busca, no longo prazo, uma rentabilidade maior que a dos perfis mais conservadores e, para isso, os recursos ficam mais expostos aos riscos do mercado financeiro.

O objetivo deste perfil é equilibrar segurança com rentabilidade e é indicado para quem está disposto a correr mais riscos buscando melhores retornos no longo prazo.

Perfil Agressivo



de 30 a 50% Renda Variável

de 50 a 70% Renda Fixa

Este perfil busca uma rentabilidade superior à dos outros perfis, porém os recursos estarão muito mais expostos às oscilações do mercado financeiro.

Este perfil é indicado para quem tem tolerância às oscilações do mercado financeiro e consegue lidar com a alta exposição aos riscos em busca de melhores retornos em prazos mais longos.

Alocação dos Ativos				
Carteira Ativa		Dezembro/ 2014		Dezembro/ 2013
Segmentos		(R\$)	(%)	(R\$) (%)
Renda Fixa		132.433.364,51	87,91%	110.237.188,95 85,42%
Renda Variável		8.136.080,24	5,40%	9.190.936,75 7,12%
Empréstimos		10.073.937,29	6,69%	9.620.995,98 7,46%
Total		150.643.382,04	100,00%	129.049.121,68 100,00%
Carteira Imunizada		Dezembro/ 2014		Dezembro/ 2013
Segmento		(R\$)	(%)	(R\$) (%)
Renda Fixa		79.929.058,37	100,00%	74.876.441,78 100,00%
Total Geral		230.572.440,41		203.925.563,46

Alocação por Gestor					
Carteira Ativa			Carteira Imunizada		
Gestores	(R\$)	(%)	Gestor	(R\$)	(%)
Bradesco	85.595.284,58	56,82%	Bradesco	79.929.058,37	100%
Western	54.974.160,17	36,49%			
Gestão Própria	10.073.937,29	6,69%			
Total	150.643.382,04	100,00%			



Participação em Ativos		
Fundos de Investimento		
Renda Fixa	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	5.456.003,45
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	33.133.199,67
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	52.037.709,83
WESTERN Asset Multitrading Inst FIC FI	07.891.470/0001-31	557.100,12
WESTERN Asset Prev Str Cred Firt Cred Priv	12.029.811/0001-02	1.798.414,38
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001-48	28.027,39
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001-30	5.840.461,91
WESTERN Asset Prev Credit Firt Cred Priv	09.087.708/0001-04	11.261.300,57
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001-11	1.170.650,92
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa	07.894.727/0001-09	10.920.464,85
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001-30	8.604.581,57
WESTERN Asset Sovereign IV Selic REF FI	15.477.891/0001-49	11.361.429,53
SANTANDER FIC FI Inteligente Curto Prazo (*)	02.908.347/0001-62	1.100.000,00
Total		143.269.344,20
(*) Investimento automático de um dia, para que o saldo não fique disponível em conta corrente.		
Renda Variável		
BRADESCO FIA Institucional IBRX Alpha	14.099.976/0001-78	5.362.338,92
BRADESCO FIA BDR Nivel I	13.401.215/0001-66	442.012,40
WESTERN Asset Prev Ibrx Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	2.331.728,93
Total		8.136.080,25
Total Fundos de Investimentos		151.405.424,44
Total Títulos Públicos		69.093.078,68
Total Geral		220.498.503,12

Auditoria de Gestão						
Empresa		CNPJ		Responsável		
KPMG Auditores Independentes		57.755.217/0001-29		Luciana Liberal Sâmia		
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado						
Nome		Telefone		E-mail		
Leandro da Silva Leme		(11) 3797 5705		leandro.leme@ipaper.com		
Custos com a Administração do Plano						
Investimentos	Previdencial	Auditoria	Despesas Gerais	Depreciação	Tributos	Total
520.888,49	681.320,01	47.948,85	31.052,43	8.289,39	70.969,73	1.360.468,90

Faixa de alocação entre os segmentos de aplicação								
	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
Segmentos de Aplicação	L.Min. (%)	L.Máx. (%)	L.Min. (%)	L.Máx. (%)	L.Min. (%)	L.Máx. (%)	L.Min. (%)	L.Máx. (%)
Renda Fixa (A)	100	100	90	94	75	85	50	70
Inv. Estruturados (B)	-	-	0	1	0	2,5	0	5
(A)+(B)	100	100	90	94	75	85	50	70
Renda Variável (C)	-	-	6	10	15	25	30	50
Inv. no Exterior (D)	-	-	0	2	0	5	0	5
(C)+(D)	-	-	6	10	15	25	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Considerações

Os recursos de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de investimento no exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

A alocação no segmento de investimentos estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

Objetivos e Diretrizes da Gestão

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, estão alocados em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia. Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 5,5% a.a.). A PrevIP acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

As metas de gestão estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os benchmarks de cada segmento no curto prazo. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo benchmark VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1%, sendo que o benchmark definido para o **Perfil Superconservador** será o CDI, para o **Perfil Conservador** será 80% IMA-GERAL + 20% IMA-S, enquanto para os **Perfis Moderado e Agressivo** foi definido o IMA Geral (índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão. Para **Investimentos Estruturados**, o benchmark definido foi o CDI. A volatilidade do segmento, entendida como desvio-padrão, calculada com base na rentabilidade dos últimos 252 dias úteis, não poderá exceder 3,0% ao dia.

Para **Renda Variável** que compõe os **Perfis Conservador, Moderado e Agressivo** o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark IBrX.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os **Perfis Conservador, Moderado e Agressivo**, aceita-se um Tracking Error de 2,0% ao dia em relação ao benchmark, calculado com base nas rentabilidades diárias dos últimos 252 dias úteis, sendo o benchmark **S&P 500 em Reais**. (índice composto por 500 ativos (ações) selecionados devido ao seu tamanho de mercado, sua liquidez e sua representação de grupo industrial. Cada ativo é ponderado pelo valor de mercado, ou seja, o peso de cada ativo no índice é proporcional à sua importância no mercado).

Para os **Empréstimos** que compõe o **Perfil Conservador**, o benchmark é o CDI.

Críticas de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa (“research”);
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (“compliance”);
- Resultados históricos em termos de Retornos/Riscos (“track record”);
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação da unidade administradora de recursos (“rating”);
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.



Balanço Patrimonial (R\$ mil)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data.

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
Disponível	776	47	Exigível Operacional	157	194
			Gestão Previdencial	9	21
			Gestão Administrativa	133	121
			Investimentos	15	52
Realizável	230.608	203.959	Patrimônio Social	231.227	203.820
Gestão Previdencial	7	18			
Gestão Administrativa	29	15	Patrim. de Cobertura do Plano	230.828	203.384
Investimentos	230.572	203.926	Provisões Matemáticas	218.640	192.730
Títulos Públicos	69.093	65.072	Benefícios Concedidos	73.214	61.419
Fundos de Investimento	151.405	129.233	Benefícios a Conceder	145.426	131.311
Empréstimos	10.074	9.621			
			Equilíbrio Técnico	12.188	10.654
Permanente	-	8	Resultados Realizados	12.188	10.654
Imobilizado	-	2	Superávit Téc. Acumulado	12.188	10.654
Intangível	-	6			
			Fundos	399	436
			Fundos Previdenciais	229	344
			Fundos Administrativos	170	92
Total do Ativo	231.384	204.014	Total do Passivo	231.384	204.014

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

DESCRI�O	2014	2013	Varia�o (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	203.820	194.886	4,59%
1. Adi�es	38.246	18.583	105,81%
(+) Contribui�es Previdenciais	13.501	12.664	6,61%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.306	4.616	404,90%
(+) Receitas Administrativas	1.424	1.303	9,29%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	15	-	100,00%
2. Destina�es	(10.839)	(9.629)	12,57%
(-) Benefícios	(9.478)	(8.348)	13,54%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(2)	(100,00%)
(-) Despesas Administrativas	(1.361)	(1.279)	6,41%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(27.407)	(8.954)	206,09%
(+/-) Provisões Matemáticas	25.910	9.918	161,24%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.534	(933)	(264,42%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(115)	(53)	116,98%
(+/-) Fundos Administrativos	78	22	254,55%
4. Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	231.227	203.820	13,45%

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido por Plano de Benefícios (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio L  ido da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

DESCRI��O	2014	2013	Varia��o (%)
A) Ativo L��ido - In��cio do Exercício	203.728	194.796	4,59%
1. Adi��es	37.795	18.163	108,09%
(+) Contribui��es	14.489	13.547	6,95%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.306	4.616	404,90%
2. Destina��es	(10.466)	(9.231)	13,38%
(-) Benefícios	(9.478)	(8.348)	13,54%
(-) Custeio Administrativo	(988)	(883)	11,89%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)	(27.329)	(8.932)	205,97%
(+/-) Provisões Matemáticas	25.910	9.918	161,24%
(+/-) Fundos Previdenciais	(115)	(53)	116,98%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.534	(933)	(264,42%)
4. Opera��es Transitórias	-	-	-
B) Ativo L��ido - Final do Exercício (A+3+4)	231.057	203.728	13,41%
C) Fundos não Previdenciais	170	92	84,78%
(+/-) Fundos Administrativos	170	92	84,78%

Demonstra  o do Ativo L  ido (R\$ mil)

Apresenta a parcela do Ativo destinada    cobertura dos benefícios do Plano.

DESCRI��O	2014	2013	Varia��o (%)
1. Ativos	231.247	203.893	13,42%
Disponível	773	41	1.785,37%
Receb��vel	178	110	61,82%
Investimento	230.296	203.742	13,03%
Títulos Públicos	69.093	65.072	6,18%
Fundos de Investimento	151.129	129.049	17,11%
Empréstimos	10.074	9.621	4,71%
2. Obriga��es	20	73	(72,60%)
Operacional	20	73	(72,60%)
3. Fundos não Previdenciais	170	92	84,78%
Fundos Administrativos	170	92	84,78%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo L��ido (1-2-3-4)	231.057	203.728	13,41%
Provisões Matemáticas	218.640	192.730	13,44%
Superávit/Déficit Técnico	12.188	10.654	14,40%
Fundos Previdenciais	229	344	(33,43%)

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (R\$ mil)

Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefício previdencial.

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas	231.077	203.801	13,38%
1. Provisões Matemáticas	218.640	192.730	13,44%
1.1. Benefícios Concedidos	73.214	61.419	19,20%
Contribuição Definida	15.742	10.904	44,37%
Benefício Definido	57.472	50.515	13,77%
1.2. Benefício a Conceder	145.426	131.311	10,75%
Contribuição Definida	135.157	117.603	14,93%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	59.806	51.497	16,13%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	75.351	66.106	13,99%
Benefício Definido	10.269	13.708	(25,09%)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	12.188	10.654	14,40%
2.1. Resultados Realizados	12.188	10.654	14,40%
Superávit Técnico Acumulado	12.188	10.654	14,40%
Reserva de Contingência	12.188	10.654	14,40%
2.2. Resultados a Realizar	-	-	-
3. Fundos	229	344	(33,43%)
3.1. Fundos Previdenciais	229	344	(33,43%)
4. Exigível Operacional	20	73	(72,60%)
4.1. Gestão Previdencial	9	21	(57,14%)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	11	52	(78,85%)
5. Exigível Contingencial	-	-	-



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ mil)

Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade.

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	92	70	31,43%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.439	1.303	10,44%
1.1. Receitas	1.439	1.303	10,44%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	988	883	11,89%
Custeio Administrativo dos Investimentos	436	420	3,81%
Resultado Positivo dos Investimentos	15	-	100,00
2. Despesas Administrativas	1.361	1.279	6,41%
2.1. Administração Previdencial	840	775	8,39%
Treinamentos/Congressos e Seminários	44	1	4.300,00%
Serviços de Terceiros	685	693	(1,15)%
Despesas Gerais	31	29	6,90%
Depreciações e Amortizações	9	11	(18,18)%
Outras Despesas	71	41	73,17%
2.2. Administração dos Investimentos	521	504	3,37%
Serviços de Terceiros	495	469	5,54%
Despesas Gerais	5	15	(66,67)%
Outras Despesas	21	20	5,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	2	(100,00%)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	78	22	254,55%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	78	22	254,55%
6. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	170	92	84,78%

1. Contexto Operacional

A PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar (“PrevIP”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social – MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da Entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social aos empregados das patrocinadoras ou a seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do Regulamento do Plano PrevIP, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- International Paper do Brasil Ltda.
- International Paper Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda.
- International Paper Agroflorestal Ltda.
- International Paper Exportadora Ltda.
- International Paper Embalagens Industriais Ltda.

A PrevIP possui apenas um plano de benefícios na modalidade contribuição variável denominado Plano PrevIP. A PrevIP possuía em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as seguintes quantidades de participantes:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos	2.699	2.618
Assistidos	145	128
Autopatrocinados	34	38
BPD (aguardando benefício)	99	93
Total	2.977	2.877

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da PrevIP foram concluídas em 24 de março de 2015 e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução DC/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:



- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Muta  o do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstr  o da Muta  o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
- Demonstr  o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios
- Demonstr  o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

As demonstra  es contábeis estão sendo apresentadas com informa  es comparativas de 31 de dezembro de 2013.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adi  es, Dedu  es, Receitas, Despesas, Rendas/Varia  es Positivas e Dedu  es/Varia  es Negativas

As Adi  es e Dedu  es da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Varia  es Positivas e Dedu  es/Varia  es Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribui  es dos autopatrocinados e participantes vinculados (Benefício Proporcional Diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela PrevIP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elabora  o das demonstra  es contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administra  o use de julgamento na determina  o e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negocia  o (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos), provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquida  o das transa  es envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determina  o. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstra  es contábeis não representa necessariamente uma distor  o nas demonstra  es contábeis. A administra  o revisa as estimativas e premissas periodicamente.

d) Opera  es Administrativas

Em conformidade com a Resolu  o CNPC n   8, de 31 de outubro de 2011 e Instru  o SPC n   34, de 24 de setembro de 2009, os registros das opera  es administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA    constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administra  o previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As receitas administrativas da PrevIP são debitadas em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também poderá constituir fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determina  es contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PrevIP, e estão em conformidade com a Resolu  o CGPC n   29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Provisão de Crédito de Liquida  o Duvidosa – PCLD

Na constitui  o da provisão referente aos direitos creditórios de liquida  o duvidosa são adotados os seguintes percentuais, conforme a Instru  o MPS/SPC n   34 de 24 de setembro de 2009, sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

Notas Explicativas

- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Realizável Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativo às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial, quando houver.

Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa, quando houver.

Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

✓ Títulos Públicos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 alterada pela Resolução do CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício (DMPS e DMAL).
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, reconhecidos na DMPS e DMAL.

✓ Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras, divulgadas pelo administrador.

✓ Empréstimos a Participantes

Os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões por meio de instrumento particular, e atualizados com base na taxa de remuneração contratada.

g) Permanente Imobilizado

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
Computadores e Periféricos - "Hardware"	20%

Intangível

Os gastos relacionados à licença de uso de softwares estão registrados pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 5 anos.

Descrição	Alíquota Anual
Sistema de Administração - "Software"	20%

h) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

4. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2014	2013
Banco Bradesco S.A.	1	21
Banco Santander S.A.	770	17
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	5	4
Total	776	42

5. Vinculado

Registra os valores de Empréstimos depositados a menor.

	2014	2013
Numerário em Trânsito	-	5

6. Realizável - Gestão Previdencial

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais.

a) Contribuições do Mês

Refere-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos autopatrocinados.

	2014	2013
Autopatrocinados	3	18

7. Realizável - Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

a) Contribuições para Custeio

Refere-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos autopatrocinados, previstas na avaliação atuarial.

	2014	2013
Autopatrocinados	1	2

b) Outros Recursos a Receber

Refere-se a valores a receber relativos a valores pagos a maior a prestadores de serviço.

	2014	2013
Prestadores de Serviços	5	1

c) Outros Realizáveis

Refere-se à utilização de recursos da Gestão Administrativa relativos à contribuição associativa da ABRAPP apropriado pelo regime de competência e Crédito da Receita Federal do Brasil.

	2014	2013
Créditos da Receita Federal	10	10
Abrapp	2	2
Total	12	12

8. Realizável-Investimentos

Composição da Carteira

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração e gestão da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados pelo BRAM – Bradesco Asset Management e Western Asset Management Company DTVM Ltda.

	2014	2013
Investimentos	230.572	203.926
Títulos Públicos Federais	69.093	65.072
Notas do Tesouro Nacional	69.093	65.036
Letras Financeiras do Tesouro	-	36
Fundos de Investimento	151.405	129.233
Referenciado	11.361	4.333
Renda Fixa	125.895	110.549
Ações	8.136	9.191
Multimercado	6.013	5.160
Empréstimos e Financiamentos⁽¹⁾	10.074	9.621
Empréstimos	10.074	9.621

⁽¹⁾ A PrevIP possui empréstimos, mas não possui valores vencidos para constituição desta provisão.

Composição por Prazo de Vencimento – Títulos para Negociação

Os títulos de renda fixa são avaliados a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. A principal fonte de precificação é a ANBIMA.

Descrição	Vencimento	2014		2013	
		Custo Atualizado	Valor de Mercado Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado Contábil
Títulos Públicos Federais		-	-	14.452	14.416
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2014	-	-	4.677	4.750
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	-	-	9.739	9.630
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2015	-	-	36	36
Fundos de Investimento Referenciado		151.405	151.405	129.233	129.233
Western Asset Sovereign IV Selic Referenciado Fundo de Investimento	Sem vencido.	11.361	11.361	4.333	4.333
Renda Fixa		125.895	125.895	110.549	110.549
Santander FI em Cotas de Fundos de Investimentos Inteligente Curto Prazo	Sem vencido.	1.100	1.100	-	-
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA-B 5+	Sem vencido.	-	-	57.411	57.411
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	Sem vencido.	52.038	52.038	-	-
BRAM Fundo de Investimento RF TARGET	Sem vencido.	33.133	33.133	16.410	16.410
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	Sem vencido.	28	28	186	186
Western Asset Prev Fix Target RF Fundo de Investimento	Sem vencido.	5.840	5.840	5.311	5.311
Western Asset Prev Credit RF Fundo de Investimento CP	Sem vencido.	11.261	11.261	3.665	3.665
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	Sem vencido.	1.171	1.171	1.499	1.499
Western Asset Prev Fix Fundo de Investimento RF	Sem vencido.	10.921	10.921	13.695	13.695
Western Asset Prev Inflation Total RF Fundo de Investimento	Sem vencido.	8.605	8.605	10.283	10.283
Western Asset Prev Structured Credit Fundo de Investimento RF CP	Sem vencido.	1.798	1.798	1.405	1.405
Western Asset Inflation II RF Fundo de Investimento	Sem vencido.	-	-	684	684
Ações		8.136	8.136	9.191	9.191
Bradesco Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	Sem vencido.	442	442	274	274
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Institucional Ibrx Alpha	Sem vencido.	-	-	5.589	5.589
Bradesco – F.I.A. Institucional IBX Ativo	Sem vencido.	5.362	5.362	-	-
Western Asset Prev Ibrx Ativo Ações Fundo de Investimento	Sem vencido.	2.332	2.332	3.328	3.328
Multimercado		6.013	6.013	5.160	5.160
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Plus	Sem vencido.	5.456	5.456	4.502	4.502
Western Asset Multimercado Institucional Fundo de Investimento	Sem vencido.	557	557	642	642
Western Asset Prev Focus Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de investimento Multimercado CP	Sem vencido.	-	-	16	16

Composição por Prazo de Vencimento – Títulos Mantidos até o Vencimento

Descrição	Vencimento	2014		2013	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado/Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/Contábil
Títulos Públicos Federais		67.383	69.093	47.372	50.656
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2015	498	495	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2016	437	437	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2017	716	715	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2018	523	525	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019	1.051	1.053	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/03/2020	1.986	1.980	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2022	699	695	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2023	1.379	1.369	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2024	7.671	7.836	-	-
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2030	23.152	23.650	21.058	22.191
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2040	21.243	21.951	19.132	20.596
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2050	8.028	8.387	7.182	7.869

Os títulos mantidos até o vencimento possuem como objetivo proteger a parcela correspondente às obrigações futuras da PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar, sem o comprometimento da liquidez do plano. O ajuste desses títulos na curva propicia, além de uma previsão de rentabilidade mais adequada, uma redução considerável da volatilidade da carteira perante a meta atuarial estabelecida pela entidade. A alocação desses títulos mantidos até o vencimento foi baseada em estudo do ALM (Asset Liability Management) da entidade.

Os investimentos em Títulos Públicos Federais com vencimento a partir de 2015 foram classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

9. Permanente

O permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e está classificado em Imobilizado e Intangível.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o permanente possui a seguinte composição:

	2014	2013
Permanente	-	8
Imobilizado	-	2
Equipamentos de Informática	-	2
Custo	25	25
(-) Depreciação	(25)	(23)
Intangível	-	6
Gastos com Implantação, Reorganização e Desenvolvimento	-	6
Custo	28	28
(-) Amortização	(28)	(22)

10. Exigível Operacional

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

⁽¹⁾ Outras Exigibilidades - Refere-se a contribuições recebidas a maior de autopatrocinado.

	2014	2013
Benefícios a Pagar	4	19
Aposentadorias	-	16
Resgates	4	3
Retenções a Recolher	1	-
Imposto de Renda	1	-
Outras Exigibilidades⁽¹⁾	4	2
Contribuição Recebida a Maior	4	2
Total	9	21



Gestão Administrativa

	2014	2013
Contas a Pagar	126	115
Gestores de Investimentos	30	29
Consultorias e Auditorias	96	86
Retenções a Recolher	7	6
Imposto de Renda	1	-
PIS e COFINS	6	6
Total	133	121

Investimentos

	2014	2013
Empréstimos e Financiamentos	-	52
Concessões a Pagar	-	52
Outras Exigibilidades	15	-
Concessões a Pagar	15	-

11. Transações Entre as Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade, e não prevê remuneração à estes membros. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamentos de benefícios).

12. Contingências Ativas e Passivas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem contingências ativas e passivas demonstradas no balanço da PrevIP.

13. Alocação das Despesas Administrativas

As despesas administrativas são alocadas exclusiva e diretamente na gestão que originaram sem nenhuma forma de rateio.



14. Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2014 pode ser resumida como segue:

	1º de Janeiro de 2014	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2014
Provisões Matemáticas	192.730	25.885	218.640
Benefícios Concedidos	61.419	12.356	73.214
Contribuição Definida	10.904	4.838	15.742
Saldo de Contas dos Assistidos	10.904	4.838	15.742
Benef. Definido Estruturado em Regime de Capitalização	50.515	7.518	57.472
Valor Atual dos Benef. Futuros Progr. - Assistidos	47.935	7.127	54.528
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Progr. - Assistidos	2.580	391	2.944
Benefícios a Conceder	131.311	14.115	145.426
Contribuição Definida	117.603	17.554	135.157
Saldo de Contas - Parcela Patroc./Instituidores	51.497	8.308	59.805
Saldo de Contas - Parcela Participantes	66.106	9.246	75.352
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Capital. Progr.	13.708	(3.439)	10.269
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	13.708	(3.439)	10.269

15. Equilíbrio Técnico

O resultado previdencial apurado nos exercícios de 2014 e 2013 está apresentado a seguir:

	2014	2013
Equilíbrio Técnico	12.188	10.654
Resultados Realizados	12.188	10.654
Superávit Técnico Acumulado	12.188	10.654
Reserva de Contingência	12.188	10.654

16. Fundos

Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é calculado atuarialmente e sua composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está apresentada a seguir:

	2014	2013
Fundos Previdenciais	229	344
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	229	344

O Fundo Previdencial é composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no plano, podendo ser utilizado, pelas patrocinadoras para financiar as contribuições devidas no exercício de 2015, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos. O montante deste Fundo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 170 (2013 – R\$ 92).

17. Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

	2014	2013
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5.5% a.a.	5.5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽²⁾	não aplicável	não aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	não aplicável	não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários) ⁽²⁾	não aplicável	não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	não aplicável	não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁴⁾	não aplicável	não aplicável
Entrada de Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício

⁽¹⁾ Para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplica na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizada apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

⁽⁴⁾ As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não se aplicam na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Informamos que, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

O método atuarial adotado para a avaliação é o de Capitalização Individual.

18. Rentabilidade no Exercício

A Entidade possui seus investimentos em 4 (quatro) perfis denominados *Superconservador*, *Conservador*, *Moderado* e *Agressivo* permitindo a opção conforme o nível de tolerância a risco de cada um dos seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2014, a rentabilidade de cada perfil apresenta o seguinte resultado:

Perfil	Valor da Cota	Rentabilidade 2014	Rentabilidade 2013
Superconservador	19,65148370	10.89%	7,72%
Conservador	18,65512707	11,06%	(1,43)%
Moderado	18,16094523	9,13%	(2,73)%
Agressivo	17,43577650	4.20%	(2,80)%

19. Recolhimento de Tributos

Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

I. Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou;

II. Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

PIS e COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme a Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 e alterações posteriores (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

20. Fatos Relevantes

Portaria PREVIC nº 515, de 24 de novembro de 2014

Dispõe sobre os critérios para definição de taxa de juros parâmetro, para o exercício de 2014, de que trata a Resolução nº 15, de 19 de novembro do CNPC, que alterou a resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do CGPC.

Resolução Nº 16, de 19 de novembro de 2014

Altera a Resolução nº 26, de 29 de setembro 2008, do CGPC, que dispõe sobre as condições e procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e altera a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011, no Conselho Nacional de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Resolução Nº 15, de 19 de novembro de 2014

Altera a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do CGPC, que estabelece parâmetros técnico-atuarias para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Instrução MPS/PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014

Altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e Instrução Previc nº 2 de 18 de maio de 2010.

Instrução PREVIC nº 13, de 12 de novembro de 2014

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos, e dá outras providências. Revoga a Instrução nº 5/2013.

21. Eventos Subsequentes

Por se tratar de adoção facultativa, no encerramento do exercício de 2014 não foi adotado o ajuste de precificação previsto na Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014. Sua aplicação no encerramento do exercício de 2015 poderá impactar a situação econômica e financeira do plano.

Luis Fernando da Silva

Diretor Superintendente
CPF: 096.895.958-06

Célia Aparecida de Almeida

Contadora
CPF: 146.736.948-99
CRC: 1SP206004/0-6

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano PrevIP, administrado pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31/12/2014.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Hipóteses Atuariais e Econômicas	
Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário ⁽²⁾	Não Aplicável
Projeção de Cresc. Real do Maior Salário de Benefício do INSS	Não Aplicável
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% a.a.
Fator de Capacidade para os Salários	Não Aplicável
Fator de Capacidade para os Benefícios	0,98
Hipótese Sobre Rotatividade ⁽⁴⁾	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade Geral ⁽³⁾	AT-2000 Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez ⁽⁴⁾	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	Não Aplicável

Observações

¹⁾ O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

²⁾ As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das provisões matemáticas do Plano.

³⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

⁴⁾ As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são

aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na taxa real anual de juros e mortalidade, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia. A taxa interna real anual de retorno dos fluxos de caixa (recebimentos dos investimentos e pagamento de benefícios), considerando as premissas de retorno de renda fixa e renda variável e a composição da carteira atual, foi estimada em 5,60%. Com base nos resultados supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros de 5,5%, considerando o limite legal aplicável conforme previsto na Resolução CNPC No 09, de 29/11/2012.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano PrevIP. Com relação à avaliação dos benefícios concedidos na forma de renda mensal vitalícia foi utilizado o método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PrevIP.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2014 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PrevIP posicionados em 31/12/2014.

Descrição	R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL	231.226.931,07
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	230.828.059,72
PROVISÕES MATEMÁTICAS	218.639.998,56
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	73.213.596,42
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	15.742.011,42
SALDO DE CONTA DOS ASSISTIDOS	15.742.011,42
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	57.471.585,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	54.527.352,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	2.944.233,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	145.426.402,14
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	135.157.775,14
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	59.806.371,58
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	75.351.403,56
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	10.268.627,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	10.268.627,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	-
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
(-) SERVIÇO PASSADO	-
(-) PATROCINADOR(ES)	-
(-) PARTICIPANTES	-
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
(-) PATROCINADOR(ES)	-
(-) PARTICIPANTES	-
(-) ASSISTIDOS	-
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
(+/-) PARTICIPANTES	-
(+/-) ASSISTIDOS	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	12.188.061,16
RESULTADOS REALIZADOS	12.188.061,16
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	12.188.061,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.188.061,16
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDOS	398.871,35
FUNDOS PREVIDENCIAIS	228.365,34
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	228.365,34
REVISÃO DE PLANO	-
OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	170.506,01
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PrevIP vigente em 31/12/2014, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano PrevIP no exercício de 2014.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas, observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PrevIP avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PrevIP.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano PrevIP mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela PrevIP que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2013, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas Provisões Matemáticas na avaliação atuarial de 2014 se deve basicamente ao aumento na massa de participantes.

Natureza do Resultado

Os principais fatores que levaram à manutenção do Superávit em 31/12/2014 foi a não ocorrência de ganhos ou perdas significativos.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar ligeiramente superior ao resultado obtido em 2013, em função da rentabilidade ter sido favorável no exercício de 2014.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano PrevIP, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições da(s) Patrocinadora(s), às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2015, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2015

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PrevIP com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.2.1 (Normal) do Regulamento do Plano.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 4,30% da folha mensal de salários de participação, sendo que a contribuição para cobertura das despesas administrativas do plano, equivale a 0,65% da folha de salários de participação.

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

Esclarecemos que, de acordo com o item 6.6 do Regulamento do Plano, a subconta Reversão de Saldo por Exigência Complementar do Fundo Previdencial foi constituída com as contribuições da Patrocinadora, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado pela Patrocinadora para financiar contribuições devidas no exercício de 2015, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 (Básica), 7.1.2 (Voluntária Periódica) e 7.1.3 (Voluntária Esporádica) do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,96% do salário de participação, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome da Patrocinadora, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Ressaltamos que durante o ano de 2015 os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de Salários de Participação.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/03/2015.

Conclusão

Certificamos que o Plano PrevIP da PrevIP está superavitário em 31/12/2014. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, limitado a 25% do total das Provisões Matemáticas dos Benefícios Definidos. Portanto, não se fez necessária a constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2015.
Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Valéria Cerqueira Pimentel
M.I.B.A. nº 812

Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 27 de Março do ano de 2015, às 10:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

- a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2014, e plano de custeio para o exercício de 2015;
- b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais permanecerão arquivados na entidade.

Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 26 de Março do ano de 2015, às 15:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações permanecerão arquivados na entidade.



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da Previp - Sociedade de Previdência Complementar Mogi Guaçu - SP.

Examinamos as demonstrações contábeis da Previp - Sociedade de Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações das mutações do Patrimônio Social, do Ativo Líquido, das Mutações do Ativo Líquido, do Plano de Gestão Administrativa e das Provisões Técnicas do Plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Previp - Sociedade de Previdência Complementar em 31 de Dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

São Paulo, 24 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/0-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/0-8

Conselho Deliberativo

Glenn Rodney Landau
Armando Santiago
Raul Guaragna

Conselho Fiscal

Denis Teixeira
Ana Ribeiro Silva
Luciana Huneke

Diretoria Executiva

Luís Fernando da Silva
Leandro Leme
Marcio Bertoldo
Renato Batalha
Suzana Kaneco

Administração

Silvana Brunheroto
Claudinei Oliveira
Rita Lucas



INTERNATIONAL  PAPER

Rod. SP 340 | Km 171 - Mogi Guaçu, SP | Brasil
(19) 3861 8201 | (19) 3861 8292 | (19) 3861 8722
www.previp.com.br